

**CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO PARA A
INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES – Estudo de Caso na Coopernossasenhora,
Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso**

**CONTRIBUTIONS OF SOLIDARITY COOPERATIVISM TO THE SOCIAL
INCLUSION OF WOMEN – Case Study at Coopernossasenhora, Nossa Senhora do
Livramento, Mato Grosso**

Luciana Marcolino
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
lumarcolino@yahoo.com.br

Angela Ester Mallmann Centenaro
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
a.centenaro@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): <<GT05. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero>>

Resumo

As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura familiar, contribuindo significativamente para a produção de alimentos e geração de renda para as famílias e comunidades. No entanto, é lamentável que ainda enfrente desafios decorrentes da desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero na agricultura familiar se manifesta de várias formas, desde o acesso limitado a recursos até a falta de reconhecimento e valorização do trabalho feminino. Enfrentam barreiras culturais e sociais que as impedem de participar plenamente das decisões e dos lucros relacionados à produção agrícola. Com essa pesquisa objetiva-se refletir sobre a participação das mulheres no desenvolvimento do cooperativismo solidário na Coopernossasenhora, pois para combater essa desigualdade, o cooperativismo solidário surge como uma alternativa promissora. As mulheres podem se unir em cooperativas para fortalecer sua posição no mercado, compartilhar conhecimentos e recursos e promover uma abordagem mais justa e equitativa dentro da agricultura familiar. Por meio do trabalho cooperativo, elas podem superar obstáculos e alcançar um maior empoderamento econômico e social. Na cooperativa solidária que está sendo estudada, até o momento, a percepção é de que as mulheres agricultoras conseguiram acessar treinamento e capacitação, melhoraram suas habilidades de produção e gestão, além de expendirem seus negócios de forma sustentável, o que não beneficia a elas somente, mas também suas famílias e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Mulheres; Cooperativismo Solidário; Participação; Desenvolvimento; Coopernossasenhora.

Abstract

Women play a fundamental role in family farming, contributing significantly to food production and income generation for families and communities. However, it is regrettable that we still face challenges arising from gender inequality. Gender inequality in family farming manifests itself in various ways, from limited access to resources to the lack of recognition and appreciation of female work. They face cultural and social barriers that prevent them from fully participating in decisions and profits related to agricultural production. This research aims to reflect on the participation of women in the development of solidarity cooperativism at Coopernossasenhora, as to combat this inequality, solidarity cooperativism emerges as a promising alternative. Women can come together in cooperatives to strengthen their market position, share knowledge and resources, and promote a fairer and more equitable approach within family farming. Through cooperative work, they can overcome obstacles and achieve greater economic and social empowerment. In the solidarity cooperative that

is being studied, so far, the perception is that women farmers have managed to access training and qualification, improved their production and management skills, in addition to expanding their businesses in a sustainable way, which does not only benefit them, but also their families and community, contributing to rural development.

Keywords: Women; Solidarity Cooperativism; Participation; Development; Coopernossasenhora.

1. INTRODUÇÃO

As relações de gênero são resultantes de complexas relações cruzadas entre si, resultantes do desenvolvimento econômico no contexto do capitalismo, onde diferenças biológicas são transformadas em desigualdades, a partir do momento em que delega às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico, transformando o cuidado em uma atribuição social e reservando às mulheres desvantagens em sua atuação econômica e social (SOUSA e GUEDES, 2016).

Essa divisão sexual do trabalho é modulada, histórica e socialmente, e está fortemente presente na divisão do trabalho na agricultura familiar, seja pelo princípio da separação que define trabalhos considerados de homens e trabalhos de mulheres ou pelo princípio hierárquico, quando o trabalho de homem "vale" mais que o trabalho de mulher (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Ainda, nos territórios em que a agricultura familiar sofre os impactos das monoculturas do agronegócio, as mulheres sentem de forma potencializada as consequências pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que, além de colocarem a saúde da sua família e, conseqüentemente, da comunidade em risco, esgotam os recursos naturais e produtivos.

Nesse contexto, a situação da mulher torna-se ainda mais dura com a soma de situações que potencializam a sua vulnerabilidade como a invisibilidade de seu trabalho, a dificuldade para que seus sistemas produtivos sejam reconhecidos pelas equipes de assistência técnica e dificuldade de acesso ao crédito pelos bancos que operacionalizam as políticas de crédito (SILIPRANDI, 2005).

A pauta dos movimentos sociais e do campo junto ao conjunto de programas e políticas públicas lançados a partir de 2003, colaborou para o início de um cenário com o objetivo de mudar a realidade da mulher trabalhadora rural, considerando a importância de reconhecer o seu espaço produtivo, além de apoiar o acesso a políticas públicas, algumas exclusivas para mulheres, como o Pronaf Mulher, com o apoio à documentação e assistência técnica.

Do lado do cooperativismo solidário e das organizações que representam a pauta da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, o alicerce se constitui por meio da prática coletiva da contribuição entre pessoas de forma recíproca para o exercício de uma atividade com benefícios em comum (ZART, 2013).

Em suas relações solidárias o cooperativismo responde às demandas das comunidades rurais envolvendo projetos de produção e comercialização, aliando a sustentabilidade econômica e socioambiental que se depara em um cenário de mercado competitivo, onde a gestão com participação ativa da base social, apesar de se constituir em um desafio, fortalece a organização e cumpre sua finalidade social (ZANGHERI et al, 2001).

Através da presente monografia pretende-se identificar a participação das mulheres em uma cooperativa solidária da agricultura familiar considerando a dimensão de gênero e inclusão social. Para efetuar a análise, o trabalho se baseou na pesquisa documental da cooperativa e aplicação de questionários com mulheres cooperadas, reunindo subsídios para análise, sistematização das informações e apresentação da monografia.

Muitos estudos sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade demonstram como diferenças naturais e biológicas foram apropriadas de modo a justificar desigualdades de gênero e de reservar uma posição subordinada para as mulheres na sociedade, seja no mercado de trabalho, na vida política ou na família (SIMÃO, 2000).

Na esfera do trabalho, e aqui, inclui-se também o trabalho doméstico, a divisão entre o trabalho considerado masculino e o trabalho considerado feminino é marcada por uma dimensão de opressão/dominação (KERGOAT, 2000), ou seja, desdobramentos das relações desiguais, de origem econômica, fortalecem um princípio hierárquico que estrutura essa divisão, imprimindo um valor superior ao trabalho masculino e conseqüentemente, inferior ao trabalho feminino.

No campo, assim como na cidade, o trabalho do homem e da mulher ocorre de forma desigual, característica peculiar do capitalismo que fortalece e perpetua as estruturas familiares que se formam sob a ideologia patriarcal e de opressão feminina, onde o espaço do trabalho feminino é invisibilizado, quanto à sua importância, e desconsiderado, como produtor de riquezas (LIMA et al., 2010).

A mulher trabalhadora rural, além de ser responsável pelas atividades domésticas, cuidados com os filhos e trabalho produtivo, é capaz de sacrificar horários, tornando possível realizar alguma atividade considerada informal cujos rendimentos destinam-se a itens tão fundamentais como saúde, educação e nutrição dos filhos, em detrimento do atendimento de necessidades pessoais, numa proporção muito superior à verificada com os homens (CEPAL, 2001)

No contexto de reconhecida pauperização econômica e social da população rural, torna-se ainda mais alarmante a situação de não acesso das mulheres rurais às políticas públicas. Essa desigualdade se evidencia comparando os acessos entre homens e mulheres à assistência técnica, ao crédito e à terra, sendo que dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que as mulheres são responsáveis por 19% das propriedades rurais, o que representa apenas 8,5% da área ocupada por propriedades rurais no Brasil, além de ocuparem nas cooperativas apenas 8,7% da base social (IBGE, 2017).

No meio rural o trabalho é concentrado no mesmo local das moradias, e desse modo há maior distorção do fruto do trabalho dos homens e das mulheres, e conseqüentemente, daquele trabalho considerado produtivo e reprodutivo. Mas, nas famílias agricultoras, o trabalho considerado como reprodutivo pelas mulheres pode significar uma grande diferença na composição da renda, uma vez que o arredor da casa é um espaço múltiplo, de grande importância para a família e é neste espaço que a mulher concentra parte de seu trabalho, podendo contribuir em aspectos importantes como a conservação de recursos genéticos vegetais, devido ao conhecimento que possui sobre as variedades de plantas e sementes e a garantia da segurança alimentar, uma vez que produz alimentos de origem vegetal e animal que representam o enriquecimento na dieta da família com a qualidade de serem produzidos em pequena escala, para subsistência e isentos de defensivos agrícolas nocivos à saúde.

Essa invisibilidade sobre o trabalho da mulher no campo traz conseqüências na sua participação em espaços de discussão e deliberação, como associações, cooperativas, conselhos

e demais órgãos representativos e de classe, dificultando assim a sua contribuição nas discussões a cerca do desenvolvimento das comunidades onde vivem, além de dificilmente serem beneficiadas por políticas públicas, prejudicando a avaliação e subsídios à formulação destas pelas mulheres (SILIPRANDI, 2005).

O avanço da dimensão gênero no debate sobre pobreza, políticas para o acesso aos recursos produtivos e o surgimento e/ou fortalecimento de movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais conjuntamente com os movimentos de luta pela terra contribuíram em ações pela ampliação e garantia dos direitos previdenciários, de saúde, para a documentação e acesso à terra e, quando políticas e programas são implementados para atenuar a desigualdade vivenciada pelas mulheres, com incidências no campo das organizações da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, torna-se evidente a necessidade de entender os entraves para o real rompimento das relações de opressão sobre as mulheres trabalhadoras rurais, pois existem pilares que estruturam tais relações e que não apenas políticas públicas focalizadas são capazes de exterminá-los.

Assim é importante entender os desafios colocados às organizações, como associações e cooperativas da economia solidária, para ultrapassar as adversidades aqui tratadas.

Então, reunindo o avanço na construção de políticas direcionadas às mulheres e o papel das organizações e movimentos sociais do campo e floresta impressos no cooperativismo solidário a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a participação das mulheres no desenvolvimento do cooperativismo solidário na Coopernossasenhora.

É preciso reconhecer que, embora as organizações coletivas e solidárias no campo se dediquem em ultrapassar as mazelas da exploração sobre a mulher, o homem e a natureza, as contradições sistêmicas recaem sobre as mulheres em diferentes dimensões que podem ser de gerência das próprias organizações ou que extrapolam seu limite de decisão.

O olhar sobre outra economia sugere a superação das adversidades vivenciadas pelo sistema capitalista e sua incidência pela manutenção da vulnerabilidade da população rural e, em especial, as mulheres. Assim, é preciso reconhecer quais limites são colocados ao estabelecimento de relações equânimes dentro das próprias organizações para que, instrumentalizadas, possam intervir sobre outros aspectos que prejudicam o reconhecimento aos espaços produtivos das mulheres, participação, acesso às políticas públicas, comercialização e renda.

Nesse sentido é preciso avançar, entendendo quais ações podem compor o planejamento das organizações para promover o acesso a tecnologias, assistência técnica e crédito, além da participação nos espaços de diálogo, tomada de decisão e direção de cooperativas solidárias.

Pela prática de partilha no movimento da economia solidária, experiências bem sucedidas de reconhecimento e apoio ao espaço produtivo das mulheres e sua participação nos espaços de diálogo, decisão e direção, apresentam significativo potencial de reaplicação, considerando as especificidades que cada localidade requer, fortalecendo a agenda da inclusão produtiva das mulheres e consequentemente, os benefícios de suas práticas de produção e gestão para romper, aos poucos e de forma coletiva, os impactos do patriarcado não só para as mulheres, mas para as crianças, jovens e famílias do campo, das águas e das florestas.

Ao Curso de Especialização em Cooperativismo Solidário, trazer o debate para a universidade, por meio de um processo de sistematização de experiências e construção do saber, dispõe evidências ao tema que pode beneficiar a qualificação de experiências e orientar os espaços de controle social e construção de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, economia solidária e de relações equânimes para as mulheres rurais, além da atuação das

mulheres e homens, técnicos que atuam no fomento e apoio às organizações coletivas da agricultura familiar.

Pessoalmente, como mulher que sente e vivencia os impactos do patriarcado: da ausência de reconhecimento ao trabalho produtivo das mulheres, e principalmente das trabalhadoras rurais; provocar esse debate dentro das organizações e trazer seus acúmulos para a universidade representa um avanço junto ao esforço por outras mulheres em diversas posições; seja na produção de alimentos seguros e saudáveis, na defesa da terra, água e florestas, na academia e produção do saber e tantas outras frentes de luta; aos poucos desenha outra economia com o entendimento de que, sem considerar as desigualdades colocadas pela condição de gênero, não avançaremos para uma realidade solidária, de igualdade e sem exploração e opressão entre e para todas e todos.

2. Referencial Teórico

A participação das mulheres trabalhadoras rurais nas cooperativas da agricultura familiar é um tema que tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Para compreender essa questão no trabalho da monografia consideramos referências em temas relevantes para subsidiar a estruturação da monografia e suas análises subseqüentes, a saber:

Cooperativismo Solidário: é necessário, no contexto deste trabalho, considerar e sistematizar conceitos sobre o Cooperativismo Solidário e suas contribuições ao diálogo para a participação das mulheres nos espaços de produção e tomada de decisão.

Inclusão produtiva das mulheres no Cooperativismo Solidário: as abordagens sobre inclusão produtiva de mulheres trabalhadoras rurais ajudam a identificar os desafios e barreiras que elas enfrentam, trazendo os pontos que incidem na pauta do cooperativismo solidário, importante para enriquecer as suas contribuições para relações mais justas e equânimes no campo, mas também sobre suas limitações no contexto supracitado.

Gênero e mulheres na luta diária: as contribuições das autoras e autores que se dedicam em tratar dessa condição contribuem no entendimento dos desdobramentos do patriarcado na esfera do trabalho para as mulheres no campo e suas influências nas cooperativas solidárias.

2.1 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Como resposta à exploração e opressão sofrida por trabalhadores e trabalhadoras, o cooperativismo tem como importante marco a constituição da Cooperativa de Rochdale em 1844, quando um grupo de tecelãs e tecelões e demais trabalhadoras e trabalhadores da indústria têxtil decidiu tomar medidas para melhorar suas condições de vida, criando a primeira cooperativa baseada em princípios que persistem até hoje no movimento do cooperativismo solidário e que repercutem em sua atuação com elementos que engajam para uma agenda que envolve a superação de muitas desigualdades que incidem sobre a economia e, sobretudo, sobre o trabalho da mulher (CATTANI, 2009).

O autor, ao considerar a relevância do Cooperativismo Solidário, reúne os acúmulos sobre os empreendimentos econômicos solidários e cooperativismo, reforçando a relação do cooperativismo a partir do movimento operário, juntamente com os pilares político e sindical, destacando que as cooperativas podem ser consideradas como a expressão moderna das práticas

sociais de cooperação e que, na atualidade, são compostas por membros de diversos grupos sociais e representam diferentes setores produtivos.

Segundo o autor, as cooperativas têm uma identidade própria, baseada em um conjunto de princípios e valores: a autonomia, a adesão voluntária, a preocupação com as necessidades econômicas, sociais e culturais e a democracia. Além desses princípios, os valores cooperativos são fundamentais e incluem a autoajuda, a responsabilidade individual, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade, questões que apontam para o diálogo que fomenta a inclusão e participação das mulheres no cooperativismo solidário da agricultura familiar.

Destaca-se a existência das cooperativas convencionais em diferentes finalidades e setores, distantes das pautas que mobilizam o olhar para um outra economia, baseada na solidariedade e capaz de promover condições justas e equânimes de trabalho e renda e no campo são cooperativas promotoras de um modelo de produção marcado pela Revolução Verde, de cunho empresarial, onde não se valoriza o trabalho de base tampouco a educação cooperativista, a participação e solidariedade (UNICAFES, 2019).

O cooperativismo brasileiro começa a assumir uma postura com maior autonomia a partir de Constituição Federal de 1988 e quando o Conselho Nacional de Cooperativismo foi substituído pelo Departamento de Cooperativismo e Associativismo, vinculado ao Ministério da Agricultura, nascem as cooperativas baseadas na Agricultura Familiar com destaque pela Economia Solidária. O termo “Solidário” surge para representar um novo campo político e diretrizes organizacionais, visando uma futura representação nacional unificada (UNICAFES, 2019).

Zart et al (2013) despertam a atenção acerca dos tipos de solidariedade, importante para avaliar, no movimento do cooperativismo solidário, quais tipos de práticas são realizadas e sua correspondência com a participação das mulheres e relações mais justas e equânimes. A primeira solidariedade é a conservadora, associada ao assistencialismo social. A Solidariedade Conservadora atua para justificar e reforçar as desigualdades sociais. Sem causar qualquer abalo nas estruturas que perpetuam a sociedade de classes e exploração da mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores, se fortalece enquanto prática pela burguesia em ações para “atenuar as mazelas do capitalismo” de forma pontual como campanhas de doação em situações de catástrofes, pandemias, entre outros.

Ainda para os autores, a segunda forma é a solidariedade voltada para a promoção social dos indivíduos, que aponta no sentido de avançar na garantia da promoção social, sem, no entanto, considerar que o sistema capitalista, em suas contradições, reserva o lugar do/a explorador/a e do/a explorado/a. Podemos identificar aqui as políticas públicas limitadas e que contribuem pela manutenção do ciclo de desigualdade aos indivíduos que não se identificam enquanto classe social na relação opressor e oprimido, limitando as possibilidades de construção de outras formas de organização social.

Já a solidariedade transformadora segundo Zart et al (2013), provoca uma abordagem com o objetivo de realizar a leitura (e reconhecer) a reprodução das contradições de forma a problematizar e reconstruir novas relações pautadas na valorização da relação autônoma dos grupos, a partir dos grupos, reconhecendo a necessidade de valorizar conhecimentos, práticas sociais e espaços de diálogo e tomada de decisão que considerem o coletivo e suas características econômicas, culturais e ambientais. Essa forma de solidariedade envolve propostas de práticas sociais e políticas públicas que visam à emancipação coletiva. Acredita-se na autonomia dos grupos sociais, na sabedoria do povo e na importância da convivência solidária em sociedade.

Santos (2018), em seu trabalho sobre a trajetória de Paul Singer e suas contribuições para a consolidação do movimento da Economia Solidária, destaca a relevância de pontos enfatizados por Singer como a autogestão para um modelo de organização econômica baseado na participação democrática de trabalhadoras e trabalhadores na tomada de decisões e no controle dos meios de produção; a participação democrática, com a participação ativa e igualitária de trabalhadoras e trabalhadores nas decisões relacionadas ao trabalho e à gestão, o que envolve a valorização da democracia interna, onde cada um tem voz e voto nas questões que afetam o coletivo; o controle dos meios de produção por formas de propriedade social, como cooperativas, que permitem a gestão coletiva; a valorização do trabalho como elemento central na autogestão, o que incide fortemente no olhar para o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, com a valorização do trabalho como fonte de realização pessoal e contribuição para o bem comum; a solidariedade e cooperação, uma vez que a competição desenfreada e o individualismo do sistema capitalista poderiam ser substituídos por relações mais colaborativas e comunitárias na autogestão e a busca por justiça social, capaz de reduzir as desigualdades sociais e proporcionar condições de vida mais dignas e equânimes para trabalhadoras e trabalhadores.

2.2 INCLUSÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Dentre as desigualdades que assolam as mulheres trabalhadoras rurais, podemos destacar o desafio à inclusão e participação das mulheres em cooperativas. Fernandes et al (2023), reforçam a relevância desse tema, sugerindo a construção de um índice específico, com objetivo de figurar como ferramenta que visa medir e avaliar a inclusão social e econômica alcançada pelas cooperativas solidárias em suas atividades para mulheres e juventudes, avançando em indicadores, além dos princípios do cooperativismo, que considerem: participação igualitária, equidade de gênero, acesso a recursos, capacitação e fortalecimento das comunidades locais.

O objetivo do índice dos autores é fornecer uma visão abrangente do impacto social e econômico dessas organizações, contribuindo para a identificação das áreas de melhoria, orientando políticas públicas e privadas e a promoção de ações para fortalecer a inclusão e o desenvolvimento sustentável nas cooperativas solidárias. Justifica a necessidade da construção do índice como uma ferramenta a fim de monitorar os impactos de gargalos que as cooperativas da economia solidária ainda enfrentam quando o tema é a inclusão e participação das mulheres considerando dados do Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (ANJOS, SILVA E PEREIRA, 2019 apud FERNANDES, 2023).

No levantamento dos indicadores por Fernandes (2023), uma das principais dificuldades nessas organizações é a falta de infraestrutura adequada para atender às necessidades das mulheres. Ainda considera que a remuneração é deficitária, uma vez que as cooperativas adotam um sistema vinculado à produtividade, menor para as mulheres, pois dedicam menos tempo às atividades consideradas produtivas e, portanto, remuneradas, sendo que apenas 21% das cooperativas adotam mecanismos alternativos de remuneração. Questões que repercutem a estrutura do trabalho para mulheres e homens no campo e os desafios para o cooperativismo solidário.

Anjos et al (2018) somam outros fatores às adversidades diagnosticadas no trabalho de Fernandes et al (2020) considerando a diversidade e a complexidade do trabalho informal e suas diferentes formas de organização e transformações em curso nas relações de trabalho.

Discutindo a interseccionalidade e revelando o cruzamento das desigualdades sobre as mulheres negras e as alternativas que a Economia Solidária apresenta para enfrentamento ao trabalho precário e a relevante contribuição do conceito de interseccionalidade para reconhecer as diferentes formas de exclusão vivenciadas por mulheres e evitar erros de unificação nas lutas feministas. O artigo considera que, apesar das pautas e avanços na agenda da inclusão e participação das mulheres, ainda enfrentam implicações adicionais devido às responsabilidades domésticas e que não há equidade de gênero ou redução da desigualdade racial nessas experiências.

Já Simon e Boeira (2017), tratam a questão de gênero para Empreendimentos Econômicos Solidários, e aqui estão incluídas as cooperativas, considerando a população mundial e brasileira, destacando a presença feminina e que, apesar da participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda existem desigualdades, como menor remuneração e pouca presença em cargos de liderança. Os números mostram que há mais homens do que mulheres, especialmente em cooperativas rurais, enquanto as mulheres estão mais presentes em grupos informais e em espaços urbanos.

Os autores ainda revelam que as mulheres enfrentam dificuldades ao conciliar as atividades domésticas com as cooperativas, muitas vezes sendo responsáveis por cuidados familiares. No entanto, a organização das mulheres em empreendimentos econômicos solidários vem ganhando visibilidade e a participação feminina nesse movimento permite uma inclusão sociopolítica e uma transformação do papel das mulheres na sociedade.

Avaliam, ainda, que o cooperativismo solidário oferece uma oportunidade de avanço na luta contra as desigualdades de gênero, valorizando as mulheres, sua autoestima e sua participação no espaço público. Além disso, proporciona espaços intermediários que ajudam a enfrentar a pobreza multidimensional, a inadequação das instituições e a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Ao consolidar espaços coletivos de diálogo e reflexão, contribui para converter as desigualdades de direitos das mulheres em direitos efetivos, promovendo a igualdade de gênero.

No estudo que examina as práticas de gestão das mulheres na Economia Solidária, Soares et al. (2013) evidenciam a organização não hierárquica das práticas de aprendizagem, intensa troca de informações baseada em laços de reciprocidade e uma integração do conhecimento à vida comunitária, promovendo envolvimento, pertencimento e cuidado mútuo entre as mulheres. As autoras consideram a quantidade limitada nos estudos que se concentram na prática de gestão pelas mulheres no cooperativismo solidário, destacando a importância da aprendizagem coletiva e em rede, onde as mulheres constroem conhecimento através da interação e do fazer conjunto. São práticas que não apenas promovem o desenvolvimento das mulheres e de suas comunidades, mas também fortalecem sua identidade e senso de pertencimento.

Centenaro (2014), traz a importante dimensão das percepções e sugestões propostas por mulheres para solucionar os desafios locais relacionados a essa temática. Essa abordagem proporciona uma perspectiva diferenciada sobre o tema, permitindo uma compreensão mais abrangente das demandas e necessidades das mulheres envolvidas no trabalho cooperativo rural e urbano; identificando que, embora as mulheres desempenhem um papel ativo nas cooperativas, é necessário investir mais em educação para encorajar uma participação mais ampla, destacando que, no âmbito da "modernização da mulher", apesar do trabalho fora de casa trazer benefícios econômicos e de negociação, a vida doméstica ainda desempenha um impacto significativo. Assim, sugere que o cotidiano doméstico não deve restringir as potencialidades das mulheres como sujeitos sociais e que o cooperativismo, com princípios

sociais e alternativa ao modelo capitalista, pode contribuir para o bem-estar de mulheres e homens.

Ainda, sobre o potencial do cooperativismo como uma forma de combater as fontes de privação de liberdade das mulheres e promover o desenvolvimento regional, Silva e Rambo (2021) abordam o seu potencial como uma forma de combater as fontes de privação de liberdade das mulheres e promover o desenvolvimento regional. Reconhecem que as desigualdades de gênero são obstáculos para o desenvolvimento e que as cooperativas podem empoderar as mulheres e impulsionar as particularidades das regiões. No entanto, ressaltam que o cooperativismo precisa reconhecer e incentivar a participação das mulheres como protagonistas, além de considerar sua presença em cargos profissionais e tomadas de decisão.

Para eles, negar, reduzir ou subestimar a participação das mulheres limita o potencial transformador do movimento cooperativo. O sistema cooperativo oferece às mulheres alternativas para desenvolver suas habilidades e atuar ativamente na sociedade, promovendo mudanças significativas nos espaços em que estão envolvidas. A liberdade de exercer ações nas cooperativas influencia outras liberdades, como a liderança dentro da organização. A integração nas cooperativas oferece um espaço de ação livre que promove diversas liberdades e oportunidades para as mulheres.

Ramos (2011) faz uma reflexão conceitual sobre as relações de gênero, considera as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho e origem e contribuições da Economia Solidária nesse tema. Considera que a Economia Solidária é apresentada como uma alternativa econômica e oportunidade de trabalho para mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, as trabalhadoras têm a chance de se reinventarem como agentes econômicas e demonstrarem um potencial propositivo na economia. Apesar dos empreendimentos solidários no país frequentemente enfrentarem condições precárias e informais, a Economia Solidária pode proporcionar benefícios significativos para a inclusão social das mulheres no mercado de trabalho. No caso dos grupos estudados, observou melhorias no aspecto subjetivo, autoestima e um aumento da autonomia, do reconhecimento e da geração de renda, beneficiando assim grande parte dessas mulheres.

2.3 GÊNERO, MULHERES NA LUTA DIÁRIA

Haraway (2004), em um contexto marxista, refere gênero à dimensão socialmente construída das identidades sexuais, que são moldadas pelas relações de produção e pela estrutura de classes presentes na sociedade. Diferente do sexo biológico, o gênero é uma categoria histórica e mutável, que influencia as relações de poder e a divisão do trabalho. Segundo a autora, a política sexual do gênero envolve a análise crítica das normas e hierarquias de gênero impostas pelo capitalismo, visando a emancipação e a transformação das relações sociais. Propõe a desconstrução das categorias fixas de gênero e a promoção da diversidade e da agência das pessoas na construção de suas próprias identidades de gênero, contribuindo para a superação das opressões de gênero no âmbito da luta de classes.

Os modelos que organizam as relações entre o trabalho doméstico e profissional, destacam o surgimento de um novo modelo chamado "delegação" (HIRATA e KERGOAT, 2007). Eles exploram a importância de refletir sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica ao analisar as relações de gênero. Apesar das mudanças nas relações sociais de gênero, a atribuição do trabalho doméstico às mulheres persiste como um dos problemas mais significativos. Mesmo mulheres conscientes da opressão e desigualdade da divisão do trabalho

doméstico continuam assumindo a maior parte dessa responsabilidade, inclusive entre ativistas feministas. A existência da delegação do trabalho doméstico possui limitações devido à estrutura e à gestão desse trabalho. As autoras ressaltam a necessidade de questionar os aspectos psicológicos da dominação e a dimensão afetiva envolvida, e destacam a complexidade dessa pesquisa, que demanda um trabalho interdisciplinar abrangente para buscar possíveis mudanças nessa situação.

Souza et al (2023) revelam que as mulheres rurais desempenham um papel ativo nas atividades produtivas e são responsáveis pela geração de renda nas propriedades familiares. No entanto, persistem desigualdades de gênero nas tarefas produtivas e reprodutivas, com as mulheres assumindo uma carga excessiva de trabalho doméstico, de cuidado e produtivo. Isso limita suas oportunidades de ascensão social, participação nas decisões familiares e acesso a direitos sociais, levando-as a repensar suas escolhas pessoais e profissionais. Afirma que é necessário problematizar as hierarquias de gênero no contexto familiar para que as mulheres possam ocupar novos espaços e se tornarem protagonistas de suas próprias histórias e que o compartilhamento das tarefas de cuidado entre homens e mulheres é fundamental, assim como a valorização da produção econômica das mulheres rurais por meio de estratégias como agroecologia, organização coletiva, economia solidária e atividades não agrícolas, que promovem autonomia financeira, integração social e melhoria da qualidade de vida.

Avaliando as políticas de economia solidária e inclusão social e produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família, Farah (2004), destaca a aderência das iniciativas à agenda feminista. Também busca compreender a implementação e o impacto das políticas públicas relacionadas ao gênero, considerando o contexto político e social, verificando que a inclusão de gênero nem sempre resulta em ações que promovam a redução de desigualdades entre homens e mulheres, e alguns programas acabam reforçando a subordinação das mulheres.

A autora apresenta destaque à importante influência de atores locais, regionais, movimentos e organizações na conformação das agendas e no desenvolvimento dos programas. A democratização do processo de formulação e implementação de políticas públicas favorece a consideração das necessidades da comunidade, mesmo em casos em que a questão de gênero não estava inicialmente presente e essa abertura possibilita transformações incrementais, abrindo caminho para mudanças mais profundas na igualdade de gênero.

Di Sabbato et al (2005) analisam o trabalho das mulheres no meio rural, destacando sua resistência às políticas neoliberais e sua organização como movimento de mulheres. Também discutem a importância do feminismo na compreensão da realidade das mulheres e a necessidade de retomar estudos críticos sobre o tema. Apesar das conquistas, as trabalhadoras rurais ainda enfrentam desafios na efetivação de seus direitos e na divisão do trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres no Brasil têm forte mobilização e contribuem para mudanças nas políticas públicas. O texto ressalta a existência de uma visão hegemônica no feminismo, mas destaca setores críticos que incorporam a dimensão de classe nas relações de gênero e continuam estudando o trabalho. Consideram que o movimento de mulheres está em um estágio avançado, com produção analítica própria e novas reflexões em curso.

3. Metodologia e Considerações Iniciais da Pesquisa

O presente artigo está pautado na pesquisa inicial de um trabalho maior que ainda está em andamento e, portanto ainda não tem os resultados compilados. Entretanto, nesta seção está a descrição de como foi desenvolvida a metodologia da pesquisa que terá sua versão completa nos próximos meses. Portanto, foi utilizada a abordagem qualitativa, de natureza aplicada com

a finalidade exploratória, envolvendo a utilização de métodos qualitativos para explorar um fenômeno específico na prática, a participação das mulheres cooperadas em um estudo de caso, visando entender suas características, dinâmicas e contextos. Os dados foram coletados de forma aprofundada e contextualizada, utilizando como técnicas a análise de documentos e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 06).

A pesquisa é exploratória no sentido de buscar compreender o fenômeno estudado de maneira mais ampla e detalhada, sem necessariamente ter hipóteses predefinidas e aplicada, pois almeja aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, com o objetivo de contribuir para a compreensão do fenômeno em questão e possivelmente oferecer contribuições para a tomada de decisões ou intervenções pela Cooperativa.

A Coopernossasenhora está sediada no município de Nossa Senhora do Livramento, região da Baixada Cuiabana, Mato Grosso. Possui em sua base social e produtiva famílias que se dedicam à produção de hortifrutigranjeiros para comercialização no PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) e à cadeia do extrativismo do Cumbaru, com expressiva participação de mulheres. Em sua constituição e atuação, possui forte referência a partir de movimentos sociais do campo e da Economia Solidária.

Atuando com o objetivo de promover práticas sustentáveis, recentemente aprovou o projeto Cumbarizando Mato Grosso por meio do Edital do Programa REM MT, destinado em apoiar um Plano de Gestão de Cadeias da Sociobiodiversidade para o cumbaru no município que possui grande potencial para o extrativismo do fruto.

A coleta do cumbaru revela a necessidade do diálogo sobre os impactos da produção agropecuária na produção de base familiar que impacta principalmente as mulheres no extrativismo, quando se deparam com a necessidade de negociar com os proprietários de fazendas a entrada na área para a coleta do produto que ainda é destinado à comercialização para atravessadores, o que vulnerabiliza a relação das mulheres com a cooperativa e geração de renda. O projeto pretende fortalecer e trazer protagonismo às famílias e principalmente das mulheres nos espaços de diálogo e tomada de decisão da Cooperativa.

A pesquisa pretende reunir as condições que favorecem e/ou dificultam a participação das mulheres na organização nos espaços de diálogo, decisão, gestão e direção da organização. Pretende considerar conhecimentos já existentes em um tema relevante para contribuir em estratégias para promover melhor e maior participação das mulheres e por fim, identificar fatores que influenciam para o nível de participação das mulheres nas atividades como reuniões, assembleias e outros expedientes e/ou ocupando cargos de diretoria.

Para atingir os objetivos do presente trabalho, já foram efetuadas as seguintes ações a saber: a) Definição da amostragem: não se baseou no critério numérico por se tratar de uma pesquisa qualitativa e sim para garantir a representatividade, identificando com pontos focais da Cooperativa quais indivíduos sociais tem vinculação mais significativa com o problema a ser investigado (MINAYO, 2001); b) Pesquisa documental: parte relevante, pois forneceu acesso a fontes primárias e secundárias que enriqueceram a fundamentação teórica do estudo.

Esta pesquisa contextualiza o tema, identifica tendências, lacunas e fornece dados que fortalecem as análises. Assim, a pesquisa documental aumenta a credibilidade e a robustez do trabalho, contribuindo para a produção de conhecimento relevante na área de estudo; c) Aplicação de questionários com pontos focais da Cooperativa: está sendo utilizada por permitir uma interação flexível entre pesquisadoras e entrevistadas, capturando percepções aprofundadas e contextualizados sobre o tema. A abordagem enriquece a análise ao explorar nuances e perspectivas, proporcionando compreensão do fenômeno estudado, tornando o trabalho mais robusto e significativo. Além disso, ao incorporar a voz dos entrevistados, esse método enriquece a análise e interpretação dos resultados, agregando uma dimensão humana e qualitativa ao trabalho acadêmico. Destaca-se que no início da coleta das informações as participantes foram informadas sobre o objetivo da coleta de informações e consultadas sobre o acordo com os termos para a participação; d) Organização dos dados: os dados coletados estão sendo organizados de forma clara e acessível, categorizando respostas e estruturando dados de outras fontes, quando necessário. A análise avalia os conteúdos, os temas e narrativas para os desdobramentos de interpretação, discussão das implicações e apresentação.

A pesquisa documental foi executada no primeiro momento, na identificação dos estatutos, regimentos internos, atas de eleição de diretoria, assembleias, reuniões e outros eventos das cooperativas, além de projetos e outros documentos que subsidiassem a análise da participação das mulheres nas cooperativas. Esta primeira fase forneceu subsídios para a fase subsequente, na qual foram levantadas coletadas as informações com as cooperadas entrevistadas. Na fase seguinte, as pesquisadoras dedicaram-se a identificar, a partir da aplicação de questionário, a percepção sobre a participação das mulheres e suas implicações.

A análise dos dados está sendo realizada de forma preliminar e servirá para verificar sua conformidade ao levantamento documental e à necessidade de informações complementares, assegurando relações aderentes e coerentes entre a coleta de dados, conclusão e contribuições que possam incidir às organizações participantes da coleta e parceiras no Cooperativismo Solidário.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. G. dos; SILVA, F. de L.; PEREIRA, E. M. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 7, n. 1, p. 94-117, 2018.

CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) (2009). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 345 p.

CENTENARO, A. E. M. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva* ISSN: 1981-4747 (eletrônica) — 1677-9665 (impressa) Vol. 13 – Nº 25 – 2º Semestre de 2014.

DI SABBATO, Alberto et al. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-17, Apr. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010426X2004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2010. doi:10.1590/S0104-026X2004000100004.

FERNANDES, Bruno Siqueira et al. Elaboração do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12051>. Acesso em: 22/06/2023.

HARAWAY, Donna. Gênero: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, Unicamp, p. 201-246, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2020.

LIMA, Rita de Lourdes de et al. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 63-72, June 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2010. doi:10.1590/S1414-49802010000100005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOBRE, Miriam. Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Interacao-entre-a-economia-feminista-e-a-economia-solidaria-Miriam-Nobre.pdf>>.

OLIVEIRA, G. M. de; FERRARINI, A. V. Reflexões sobre as políticas de economia solidária e inclusão social e produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família: dinâmica, efeitos e desafios. Outra Economia, v. 13, n. 23, p. 228-245, jan.-jun. 2020.

SANTOS, A. M. dos; NASCIMENTO, C. S237p Paul Singer: democracia, economia e autogestão. Marília: Lutas anticapital, 2018.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Rev. Estud. Fem., v. 12, n. 1, p. 229-252, jan.-abr. 2004. ISSN 0104-026X.

RAMOS, A. T. A. A Organização Feminina em Empreendimentos Solidários: Uma Alternativa de Inclusão Ao Mercado de Trabalho de Trabalho. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

SILIPRANDI, E. Segurança Alimentar Nutricional e Gênero. In: Gênero, agroecologia e segurança alimentar: interfaces temáticas na prática das organizações sociais. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Rede Economia e Feminismo – SOF, 2005.

SILVA, RAMBO. Mulheres, Cooperativismo e Desenvolvimento Regional: Considerações Iniciais. In: Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional. St7 – Cooperativismo, Economia Colaborativa e Desenvolvimento, 2021.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro; LÁZARO, José Carlos. A Aprendizagem Coletiva e em Rede Desenvolvida em Empreendimentos Formados por Mulheres da Economia Solidária: Uma Análise Pós-Colonialista Sobre uma Prática Feminista de Autogestão. Scielo, 2013.

SOF Sempre Viva Organização Feminista. Formação com Mulheres Rurais – Estratégia para efetivação de políticas públicas de gênero no campo. São Paulo: SOF, 2006.

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). Módulo IV: Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário. MP Guimarães – ME: VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2019.

ZART, L. L. Socioeconomia solidária. Cáceres: UNEMAT Editora, 2013.